

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

Embora as instituições nacionais ligadas à soberania venham atuando nas últimas décadas em suporte às políticas ambientais brasileiras, a relação entre as duas esferas nem sempre se deu em bases cooperativas. Partindo-se de uma compreensão estreita da segurança, a preservação do meio ambiente foi vista, durante certo tempo, não como uma pré-condição para se garantir a segurança nacional e humana, mas como uma ameaça à integridade territorial e aos interesses nacionais brasileiros. Temia-se, nesse sentido, que as inestimáveis riquezas naturais do Brasil despertassem a cobiça internacional, de forma a representar riscos às fronteiras nacionais e ao direito soberano do país de gerenciar seus recursos naturais de maneira autônoma, em busca do desenvolvimento.

Vigorava, portanto, a compreensão de que assumir compromissos de cooperação na arena ambiental implicaria o decréscimo da soberania nacional. O posicionamento defendido pela delegação brasileira durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo em 1972, seria sintomático desse entendimento: “Na área do aproveitamento de recursos naturais, os interesses nacionais, em termos econômicos e de segurança, são de tal monta, que qualquer fórmula que, sob o pretexto ecológico, impusesse uma sistemática de consulta para projetos de desenvolvimento seria simplesmente inaceitável para o Brasil.”

Nas décadas posteriores, as interpretações relativas às preocupações ambientais foram gradualmente transformadas, tanto no âmbito da sociedade quanto em meio às instituições de defesa. O processo de redemocratização, o fortalecimento de organizações da sociedade civil, o avanço dos estudos científicos e a consolidação de uma estrutura federal de governança ambiental favoreceram essas novas percepções e, sobretudo, a aproximação desses dois setores.

Internet: <soberaniaeclima.org.br> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, a participação da delegação brasileira na CNUMAH realizada em Estocolmo, em 1972, comprometeu a eficácia dos acordos de preservação ambiental então estabelecidos pelos Estados participantes do evento.
JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva do item extrapola o conteúdo do texto.
- 2 Conclui-se das ideias veiculadas no texto que a preservação do meio ambiente deixou de ser considerada uma ameaça à integridade territorial e aos interesses nacionais brasileiros e passou a ser entendida como requisito para a garantia da segurança nacional e humana.
JUSTIFICATIVA - Certo. Afirma-se no 1.º parágrafo que o fato de a preservação do meio ambiente não ser vista “como uma pré-condição para se garantir a segurança nacional e humana, mas como uma ameaça à integridade territorial e aos interesses nacionais brasileiros” ocorreu “durante certo tempo”, e que,

posteriormente, “as interpretações relativas às preocupações ambientais foram gradualmente transformadas, tanto no âmbito da sociedade quanto em meio às instituições de defesa” (3.º parágrafo).

- 3 Depreende-se do texto que, nas últimas décadas, órgãos nacionais de segurança têm cooperado para a preservação do meio ambiente no Brasil.
JUSTIFICATIVA - Certo. No 1.º período do texto, afirma-se que as instituições nacionais ligadas à soberania vêm atuando nas últimas décadas em suporte às políticas ambientais brasileiras.
- 4 De acordo com o texto, no passado as autoridades brasileiras consideravam auspiciosa a atuação de Estados estrangeiros em território brasileiro, dado o interesse que demonstravam pela preservação das riquezas naturais nacionais.
JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o 1.º parágrafo, temia-se despertar a cobiça internacional pelas riquezas naturais do Brasil, o que representaria riscos ao país. Logo, a atuação de Estados estrangeiros em território brasileiro era considerada desfavorável, e não auspiciosa.
- 5 Conclui-se do último parágrafo do texto que processos positivos para o país, como o fortalecimento de organizações da sociedade civil e o avanço dos estudos científicos, resultaram da mudança de interpretação quanto às questões ambientais.
JUSTIFICATIVA - Errado. De fato, o texto apresenta os processos referidos como positivos, mas o emprego do verbo **favorecer** denota que as tais “novas percepções” é que foram consequência daqueles processos, e não o contrário.

Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos linguísticos do texto CB1A1.

- 6 Os “dois setores” citados ao final do texto correspondem ao mesmo referente da expressão “as duas esferas” no primeiro período do texto: soberania estatal e políticas ambientais.
JUSTIFICATIVA - Errado. A expressão “as duas esferas” retoma as ideias mencionadas no item, porém os “dois setores” citados no final do texto se referem à sociedade e às instituições de defesa.
- 7 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, a forma verbal “foi” (segundo período do primeiro parágrafo) poderia ser substituída por **era**.
JUSTIFICATIVA - Certo. Apesar da mudança do tempo verbal, a reescrita proposta seria gramaticalmente correta e coerente com as ideias do texto, pois se trata de uma percepção que durou “certo tempo” e que foi superada.
- 8 A substituição de “mas” (segundo período do primeiro parágrafo) por **embora** manteria a coerência do texto e seus sentidos, uma vez que ambas as conjunções são adversativas.
JUSTIFICATIVA - Errado. Embora ambas as conjunções sejam adversativas, no contexto, apenas a conjunção “mas” seria cabível, haja vista a negação na oração anterior.
- 9 É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às” em “às fronteiras” (terceiro período do primeiro parágrafo).
JUSTIFICATIVA - Errado. Sem o acento grave, ocorreria erro gramatical, uma vez que o termo “riscos” rege complemento

introduzido pela preposição **a** e o constituinte “fronteiras nacionais” é plural e determinado, o que enseja o emprego necessário também do artigo definido feminino no plural.

- 10 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso se substituísse a expressão “em busca do desenvolvimento” (terceiro período do primeiro parágrafo) por **visando ao desenvolvimento**.

JUSTIFICATIVA - Certo. As expressões têm sentidos semelhantes e a substituição não acarretaria prejuízo à correção gramatical.

- 11 No primeiro período do segundo parágrafo, o trecho “a compreensão (...) nacional” funciona como complemento direto da forma verbal “Vigorava”.

JUSTIFICATIVA - Errado. O trecho em questão funciona como sujeito da oração.

- 12 Na citação apresentada no segundo parágrafo, o trecho “qualquer fórmula que (...) impusesse uma sistemática de consulta para projetos de desenvolvimento” expressa uma condição, evidenciada pela flexão do verbo **impor** no modo subjuntivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. O núcleo do predicado da oração adjetiva (“impusesse”) expressa, no trecho em análise, uma hipótese, e não uma condição.

- 13 O trecho “e, sobretudo, a aproximação desses dois setores” (último período do texto) poderia ser reescrito, mantendo-se a correção e os sentidos do texto, da seguinte forma: **que, sobretudo, aproximaram esses dois setores**.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o texto, a aproximação dos setores foi favorecida por todos os elementos enumerados no termo sujeito (“O processo de democratização, o fortalecimento de organizações da sociedade civil, o avanço dos estudos científicos e a consolidação de uma estrutura federal de governança ambiental”), e não por “essas novas percepções”, que seria o termo retomado pelo pronome “que” na proposta de reescrita.

- 14 O último período do texto consiste em uma conclusão acerca do fato expresso no período imediatamente anterior, por isso seu início poderia ser reescrito da seguinte forma, sem alteração da correção e dos sentidos do texto: **Portanto, o processo (...)**.

JUSTIFICATIVA - Errado. Não se trata de uma conclusão sobre o período anterior, mas da inclusão de uma nova ideia.

Acerca do vocabulário empregado no texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 15 Estariam mantidas a correção do texto e a coerência de suas ideias caso a expressão “relativas às” (primeiro período do terceiro parágrafo) fosse substituída por **acerca das**.

JUSTIFICATIVA - Certo. A afirmação feita no item é procedente.

- 16 A expressão “nem sempre” (primeiro período do texto) tem sentido equivalente ao de **quase nunca**.

JUSTIFICATIVA - Errado. A expressão “nem sempre”, no texto, significa que, atualmente, algo funciona de determinada forma, mas que houve momento (independentemente de sua extensão) em que funcionou de forma diferente. Já a expressão “quase nunca” quer dizer que houve pouquíssimos momentos em que algo se deu de determinada forma, e que a forma diferente prevaleceu a maior parte do tempo.

- 17 A substituição da palavra “sintomático” (segundo período do segundo parágrafo) por **revelador** manteria a coerência e a correção do texto.

JUSTIFICATIVA - Certo. De fato, coerência e correção seriam mantidas, porque **revelador** teria sentido similar ao de “sintomático” no contexto em análise.

- 18 O vocábulo “inestimáveis” (terceiro período do primeiro parágrafo) poderia ser substituído por **incalculáveis**, sem prejuízo da coerência das ideias do texto.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo dicionários da língua portuguesa, inestimável significa algo difícil ou impossível de ser estimado, avaliado; inapreciável, incalculável.

Julgue os próximos itens, referentes ao emprego dos sinais de pontuação no texto CB1A1.

- 19 A inserção de uma vírgula imediatamente após o termo “desenvolvimento” (último período do segundo parágrafo) prejudicaria a correção textual.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como a vírgula separaria sujeito e predicado, a correção do texto seria prejudicada.

- 20 A eliminação da vírgula empregada após “tal monta” (último período do segundo parágrafo) preservaria a correção e a coesão textuais.

JUSTIFICATIVA - Certo. A vírgula separa a oração principal seguida da oração adverbial consecutiva, portanto seu uso é facultativo.

- 21 No terceiro período do primeiro parágrafo, a vírgula empregada após “sentido” sinaliza que a oração “que as inestimáveis riquezas naturais do Brasil despertassem a cobiça internacional” tem função adjetiva e sentido explicativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A vírgula mencionada cumpre a finalidade de isolar a expressão adverbial “nesse sentido”, deslocada no período. A oração introduzida pelo vocábulo “que” exerce, na verdade, a função de sujeito da forma verbal “Temia-se”.

- 22 Dado o sentido pejorativo atribuído no texto à expressão “arena ambiental” (primeiro período do segundo parágrafo), seria adequado realçá-la por meio de aspas — **“arena ambiental”**.

JUSTIFICATIVA - Errado. O emprego sugerido das aspas não seria adequado porque a expressão citada não consiste em citação, não tem sentido figurado nem qualquer outra motivação gramaticalmente correta para o uso do referido sinal de pontuação.

À luz da lógica sentencial, julgue os itens seguintes, acerca da proposição *P*: “Se o investigador não cumprir o procedimento ou identificar o suspeito errado, o juiz anulará a prova e soltará o acusado.”.

- 23 *P* é equivalente à proposição “Se o juiz anulou a prova e soltou o acusado, então o investigador não cumpriu o procedimento ou identificou o suspeito errado.”.

JUSTIFICATIVA - Errado. A proposição do item é a recíproca de *P*, não são equivalentes.

- 24 O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição *P* é superior a 15.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como P é composta por 4 proposições simples, sua tabela-verdade possui $2^4 = 16$ linhas.

- 25 A negação do consequente de P pode ser expressa por “O juiz não anulará a prova ou não soltará o acusado.”.

JUSTIFICATIVA - Certo. Basta aplicar a Lei de De Morgan: $\sim(p \wedge q) \leftrightarrow \sim p \vee \sim q$.

- 26 Considere que o investigador cumpra o procedimento e identifique corretamente o suspeito. Nesse caso, presumindo-se verdadeira a proposição P , é correto afirmar que o juiz não anulará a prova nem soltará o acusado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nas hipóteses do item, será falso o precedente da proposição P . Assim, seu consequente tanto poderá ser verdadeiro quanto falso, sem prejuízo da veracidade de P .

Considerando que, entre 900 candidatos ao cargo de agente de polícia civil, 630 tenham a habilidade de manuseio de arma de fogo e 480 tenham habilidade de cálculo, julgue os próximos itens.

- 27 Supondo-se que haja 70 vagas disponíveis, o número de maneiras de selecionar os referidos candidatos para preenchê-las é $900!/830!$.

JUSTIFICATIVA - Errado. Como a ordem da escolha não é relevante, o número de maneiras é $900!/(70! \times 830!)$.

- 28 Selecionando-se ao acaso um candidato, a probabilidade de ele ter habilidade de cálculo é inferior a 50%.

JUSTIFICATIVA - Errado. $480/900 > 450/900 = 50\%$.

- 29 No mínimo, 210 candidatos possuem as duas habilidades mencionadas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Considerando-se x como o número de candidatos com as duas habilidades e y como a quantidade de candidatos com nenhuma delas, tem-se

$$x + (630 - x) + (480 - x) + y = 900.$$

Ou seja, $x - y = 210$. Como x e y são inteiros não negativos, o menor valor de x ocorrerá quando y for nulo.

- 30 No máximo, 270 candidatos não possuem nenhuma das habilidades mencionadas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Tal máximo ocorrerá na hipótese de todos os candidatos com habilidades de cálculo possuírem também habilidade de manuseio de arma de fogo: $900 - 630 = 270$.

Com base na Lei n.º 9.264/1996, que dispõe acerca do desmembramento e da reorganização da carreira da PCDF, bem como no Regimento Interno da PCDF, julgue os itens que se seguem.

- 31 A Ouvidoria e a Seção de Conformidade e Integridade da PCDF estão inseridas na estrutura administrativa da Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. A Seção de Conformidade e Integridade da PCDF integra a estrutura administrativa da Delegacia-Geral de Polícia Civil, conforme o art. 8.º, item 1.0.1.2.3, do Regimento Interno da PCDF.

- 32 Os cargos de analista e gestor de apoio às atividades policiais civis compõem a carreira de polícia civil do DF.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os cargos de analista e gestor de apoio às atividades policiais civis não compõem a carreira de polícia civil do DF, nos termos do art. 3.º da Lei n.º 9.264/1996.

- 33 No caso de servidor da carreira policial civil do DF ser cedido à Governadoria do DF ou à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do DF para o exercício de cargo em comissão, não se faz necessário o ressarcimento, ao órgão cedente, do valor correspondente à remuneração do servidor cedido.

JUSTIFICATIVA - Certo. Em regra, na cessão de servidor da carreira policial civil do DF, é obrigatório o ressarcimento ao órgão cedente do valor correspondente à remuneração do servidor cedido. Porém, tal obrigação não se aplica quando a cessão ocorrer para que o servidor exerça cargo em comissão em órgão da União ou na Governadoria do DF, conforme estabelecido no art. 12-B, incisos VI e VII e § 2.º, da Lei n.º 9.264/1996.

- 34 O Cartório das Delegacias de Polícia Circunscricionais é responsável pela guarda e destinação de objetos, instrumentos e documentos apreendidos ou arrecadados, enquanto permanecerem na delegacia, exceto armas de fogo e valores em espécie, os quais não podem permanecer na delegacia.

JUSTIFICATIVA - Errado. A parte final do item está incorreta, pois a responsabilidade do Cartório das Delegacias de Polícia Circunscricionais inclui também a guarda e a destinação das armas de fogo e dos valores em espécie apreendidos ou arrecadados, enquanto permanecerem na delegacia, na forma do art. 74, III, do Regimento Interno da PCDF.

- 35 O diretor-geral da PCDF é nomeado pelo governador do DF.

JUSTIFICATIVA - Certo. Compete ao governador do DF nomear o diretor-geral da PCDF, nos termos do art. 12-A da Lei n.º 9.264/1996.

Em relação à improbidade administrativa e ao abuso de autoridade, julgue os próximos itens de acordo com as disposições das Leis n.º 8.429/1992 e n.º 13.869/2019.

- 36 A caracterização do ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública depende da existência de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito do agente público.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública não dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito do agente público, de acordo com o art. 11, § 4.º, da Lei n.º 8.429/1992.

- 37 Todo aquele que exerce, por qualquer forma de vínculo, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, função em órgão da administração pública pode ser sujeito ativo tanto de ato de improbidade administrativa quanto do crime de abuso de autoridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está correto, pois menciona a parte comum do conceito de agente público para fins de configuração do ato improbidade administrativa e do crime de abuso de autoridade, nos termos do art. 2.º, *caput*, da Lei n.º 8.429/1992 e do art. 2.º, parágrafo único, da Lei n.º 13.869/2019.

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006).

- 38** Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deve a autoridade policial proceder, de imediato, à oitiva do agressor e das eventuais testemunhas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A oitiva do agressor e das testemunhas está elencada entre as providências imediatas que a autoridade policial deverá adotar em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme estabelece o art. 12, V, da Lei n.º 11.340/2006.

- 39** Configura violência doméstica e familiar contra a mulher ação baseada no gênero que lhe cause dano patrimonial em relação íntima de afeto na qual o agressor tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme o art. 5.º, III, da Lei n.º 11.340/2006.

- 40** O descumprimento da decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência configura crime e, na hipótese de

prisão em flagrante do agente que o cometer, a fiança poderá ser concedida pela autoridade policial ou judicial.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na hipótese de prisão em flagrante pelo descumprimento de medida protetiva de urgência fixada judicialmente, somente a autoridade judicial poderá conceder fiança, não cabendo tal atribuição à autoridade policial, conforme estabelece o art. 24-A, § 2.º, da Lei n.º 11.340/2006.

Com base no Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres, julgue os itens que se seguem.

- 41** O eixo enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres apresenta o objetivo de fortalecer a rede de serviços públicos especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e reduzir as parcerias com instituições privadas que atuam nessa temática.

JUSTIFICATIVA - Errado. O eixo 4 traz como objetivo específico fortalecer a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e ampliar as parcerias com instituições que atuam nessa temática.

- 42** O eixo igualdade para as mulheres rurais objetiva fortalecer a cadeia produtiva, apoiando a sua organização, produção e comercialização, sem mencionar o acesso aos recursos naturais.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com a PPDP, no eixo igualdade para as mulheres rurais, um dos objetivos específicos é fortalecer a cadeia produtiva, prestando apoio à sua organização, produção e comercialização, viabilizando, também, o acesso aos recursos naturais.

No que diz respeito a questões ambientais do DF e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

- 43** Compete ao conselho administrativo da RIDE-DF a compatibilização de programas e projetos da RIDE-DF com os demais planos de desenvolvimento regionais do país.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 94/1998, compete ao COARIDE, harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento.

- 44** A apropriação ilegal de terras públicas por particulares é um dos sérios problemas com impacto ambiental que o DF enfrenta.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um dos problemas mais sérios problemas ambientais que Brasília e o DF como um todo enfrentam é a apropriação ilegal de terras públicas por particulares.

- 45** Municípios criados por meio de desmembramento de municípios que fazem parte da RIDE-DF serão desligados automaticamente dessa região.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a Lei n.º 94/1998, os municípios que vierem a ser constituídos a partir do desmembramento de território de município integrante da RIDE passarão a compor, automaticamente, a tal região.

- 46** As áreas de proteção ambiental das bacias do Descoberto e do São Bartolomeu estão bem preservadas pelo fato de que, nelas, o uso e a ocupação do solo têm seguido o zoneamento ambiental.

JUSTIFICATIVA - Errado. As áreas de proteção ambiental das bacias do São Bartolomeu e do Descoberto, que poderiam servir como laboratório do planejamento ambiental, orientando, pelo zoneamento, o uso e a ocupação do solo, conservando áreas de risco, de sensibilidade ambiental e com a proteção da diversidade da fauna e flora locais, acabaram sendo lugar de proliferação de condomínios e expansões, o que resulta em locais de risco ambiental.

Julgue os seguintes itens, relativos à realidade histórica, política, econômica e geográfica do DF.

- 47** O movimento pendular de trabalhadores entre o Plano Piloto e as demais regiões administrativas é intenso desde os anos iniciais de Brasília, podendo-se observar, mais recentemente, que a maior parte dos que trabalham na região administrativa de sua moradia, e não fazem o referido movimento pendular, tem baixa escolaridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Pesquisas têm mostrado que, embora os empregos no Plano Piloto representem 74,7% da massa salarial do DF (CODEPLAN), a maior parte dos que trabalham na RA de sua moradia tem baixa escolaridade.

- 48** A capital federal, como modelo de cidade planejada, tem-se expandido conforme os modelos de planejamento urbano controlado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Brasília, projetada na perspectiva utópica característica de “cidades novas”, produziu um espaço social semelhante aos demais do país.

- 49** Para financiar a construção de Brasília, foram colocadas à venda terras que eram de domínio público do DF.

JUSTIFICATIVA - Certo. A lei que criou a NOVACAP permitiu ao novo órgão complementar os recursos com os quais fora dotado com a emissão das Letras Imobiliárias Brasília, vendidas para todo o Brasil e para o exterior. Dessa maneira, as terras que eram públicas, pois haviam sido desapropriadas, foram passadas a particulares.

- 50 Brasília, diferentemente de outras unidades da Federação, apresenta elevada qualidade de serviços públicos, o que se deve principalmente à sua prerrogativa exclusiva de receber recursos do governo federal destinados a atender essa demanda.

JUSTIFICATIVA - Errado. O rápido e elevado crescimento populacional trouxe uma gama enorme de problemas consubstanciados nas carências em serviços públicos. Além do mais, não é apenas Brasília que recebe recursos do governo federal para custeio de serviços públicos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, acerca das características básicas das organizações formais modernas e da organização administrativa.

- 51 As entidades compreendidas na administração indireta subordinam-se ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

JUSTIFICATIVA - Errado. As entidades compreendidas na administração indireta **vinculam-se** ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade, conforme disposto no art. 4.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 200/1967. Portanto, **não há subordinação**.

- 52 As estruturas organizacionais dos órgãos e das entidades da administração pública são criadas por meio de legislação, razão por que são imunes à formação de organizações informais.

JUSTIFICATIVA - Errado. Embora sejam criadas e estruturadas mediante leis e decretos, as estruturas organizacionais públicas **não** são imunes à formação de organizações informais, que são estruturas formadas a partir das relações sociais, ideias e costumes dos empregados e servidores públicos.

- 53 A departamentalização funcional ocorre mediante a reunião de recursos e atividades em unidades baseadas nas funções precípua de uma organização, a fim de ampliar a eficiência interna desta.

JUSTIFICATIVA - Certo. A departamentalização funcional reúne atividades, pessoas e tarefas conforme as sua similaridade e proximidade, para melhorar o desempenho das funções. Trata-se de um tipo de departamentalização tradicional, pois é a mais comum nas organizações.

- 54 Denomina-se descentralização a transferência da execução de uma atividade estatal a determinada pessoa, física ou jurídica, independentemente de integrar a administração pública.

JUSTIFICATIVA - Certo. Segundo a doutrina, a descentralização pode ser definida como a transferência da execução da atividade estatal para uma pessoa, física ou jurídica. A descentralização não transfere a titularidade, apenas a execução da atividade.

- 55 Amplitude do controle, cadeia de comando, centralização e descentralização, departamentalização, especialização do trabalho e formalização são elementos básicos para a determinação da estrutura organizacional pelos administradores.

JUSTIFICATIVA - Certo. São elementos básicos para determinar a estrutura organizacional: especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude do controle; centralização e descentralização; e formalização.

- 56 A distribuição de competências entre os órgãos internos sem personalidade jurídica que pertençam a uma mesma pessoa jurídica denomina-se desconcentração.

JUSTIFICATIVA - Certo. A desconcentração é a distribuição interna de competências (de atribuições) entre órgãos públicos pertencentes a uma mesma pessoa jurídica.

No que diz respeito à gestão de processos e de contratos, julgue os seguintes itens.

- 57 O ciclo PDCA é uma metodologia de gestão cuja finalidade é identificar e organizar as atividades de um processo de solução de problemas, na busca da promoção da melhoria contínua do processo mediante o desenvolvimento cíclico e eficaz de uma atividade planejada.

JUSTIFICATIVA - Certo. O ciclo PDCA é uma metodologia de gestão que visa à melhoria contínua de processos e produtos. PDCA é uma sigla em inglês que combina as iniciais dos termos *plan* (planejar), *do* (fazer), *check* (checar) e *act/adjust* (agir ou ajustar).

- 58 O processo secundário ou de apoio é caracterizado precipuamente pela entrega de valor direto ao cliente.

JUSTIFICATIVA - Errado. Um processo tipicamente interfuncional aponta a ponta que agregue valor diretamente para o cliente é denominado processo **primário**.

- 59 O diagrama de Pareto é uma ferramenta de gestão por intermédio da qual as etapas necessárias para a conclusão de uma tarefa ou processo são graficamente demonstradas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A assertiva diz respeito a **fluxograma**, que é a ferramenta de gestão por meio da qual é feita a demonstração gráfica de todas as etapas de um processo ou tarefa.

Julgue os próximos itens, com base no que dispõe a Lei n.º 14.133/2021.

- 60 É inexigível a licitação nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os casos elencados na assertiva correspondem a hipóteses de dispensa de licitação, segundo art. 75, VII, da Lei n.º 14.133/2021. As hipóteses de inexigibilidade estão previstas no artigo 74.

- 61 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato de licitação e de seus aditamentos.

JUSTIFICATIVA - CERTO, conforme previsto no artigo 94 da Lei n.º 14.133/2021.

- 62 Na hipótese de dispensa de licitação em razão de valor, a administração pública pode substituir o contrato por outro instrumento hábil.

JUSTIFICATIVA - CERTO, de acordo com o artigo 95 da Lei n.º 14.133/2021.

- 63 A execução do contrato será acompanhada por um ou mais fiscais devidamente designados pela administração pública, sendo vedada a participação de terceiros na fiscalização.

JUSTIFICATIVA - Errado. A contratação de terceiros é **permitida**, de acordo com o artigo 117 da Lei n.º 14.133/2021.

- 64 São previstas na lei as seguintes modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, convite, leilão, tomada de preços e diálogo competitivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Convite e tomada de preços não são modalidades de licitação, de acordo com o artigo 28 da Lei n.º 14.133/2021.

- 65** No processo de licitação, em regra, devem ser observadas as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando o for caso; de julgamento; de habilitação; recursal; e de homologação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O artigo 17 da Lei n.º 14.133/2021 dispõe sobre as fases do processo de licitação.

Acerca de técnicas e princípios do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 66** Ao exigir que apenas as despesas sejam registradas no orçamento, o princípio da universalidade assegura que o gestor público e a sociedade tenham uma visão completa da execução orçamentária, o que facilita o controle e a fiscalização pelos tribunais de contas e pelo Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. O princípio da universalidade, consoante o art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964, determina que o orçamento público deve incluir todas as receitas e despesas do ente público, sem omissões.

- 67** O orçamento-programa é uma técnica de planejamento orçamentário que vincula a alocação de recursos públicos a programas e ações específicas, priorizando o alcance de objetivos e resultados mensuráveis.

JUSTIFICATIVA - Certo. O orçamento-programa, conforme previsto na Lei n.º 4.320/1964, estabelece a organização do orçamento público com foco em programas de trabalho que devem atender aos objetivos do governo, promovendo maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos. Essa técnica integra o planejamento governamental às peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), permitindo que as políticas públicas sejam orientadas para resultados concretos e verificáveis. A abordagem do orçamento-programa diferencia-se de sistemas tradicionais ao priorizar o impacto social e a entrega de bens e serviços à sociedade, em vez de simplesmente listar despesas e receitas de maneira desarticulada.

- 68** O orçamento base-zero (OBZ), técnica orçamentária dominante no Brasil, utiliza como referência os gastos realizados no exercício anterior, ajustados pela inflação, para definir as despesas futuras.

JUSTIFICATIVA - Errado. O conceito de orçamento base-zero (OBZ) não se baseia em ajustes dos gastos anteriores. Pelo contrário, o OBZ implica que todas as despesas devem ser justificadas a partir de um ponto de partida “zero”, sem considerar automaticamente os valores de exercícios passados. Ademais, a técnica orçamentária obrigatória no Brasil é a do orçamento-programa.

Acerca do orçamento público no Brasil, do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens seguintes.

- 69** Na estrutura programática do orçamento, os programas representam o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas mediante recursos orçamentários e não orçamentários, visando-se à concretização do objetivo.

JUSTIFICATIVA - Certo. De fato, os programas representam o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários e espelham as prioridades do governo por meio das pastas setoriais. Assim, é possível concentrar a atenção nas principais políticas de governo e evitar dispersão de esforços, tanto do núcleo central de governo quanto dos órgãos setoriais.

- 70** A atual redação da Constituição Federal de 1988 expressamente impõe a obrigatoriedade da execução orçamentária das emendas individuais e das emendas de bancada estadual, salvo quando, em relação a elas, existirem impedimentos de ordem técnica.

JUSTIFICATIVA - Certo. No Brasil, ocorreram importantes modificações que tornaram praticamente obrigatória a execução orçamentária do público da União. Por exemplo, a EC n.º 100, de 2019, tornou obrigatórias as emendas de bancada estadual, inserindo, no artigo 165 da CF de 1988, parágrafo 10, a seguinte redação: “a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”. Na CF, a obrigatoriedade da execução das emendas individuais e de bancada estadual está prevista no art. 166, §§ 9.º e 12, e a não obrigatoriedade da execução orçamentária em razão de impedimento de ordem técnica consta do art. 165, § 11, II.

- 71** No DF, o PPA, elaborado e aprovado pelo Poder Legislativo, sem participação da sociedade, é um instrumento de planejamento estratégico que orienta as políticas públicas e a alocação de recursos do governo do DF por um período de quatro anos, abrangendo metas e programas de governo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a Constituição Federal de 1988 (art. 165, § 1.º) e a Lei Orgânica do DF, o PPA deve ser elaborado pelo Poder Executivo e sua aprovação depende do Poder Legislativo (Câmara Legislativa do DF), sendo possível a participação social, por meio de consultas públicas, audiências e outros mecanismos.

- 72** Os créditos orçamentários ordinários são aqueles previstos na LOA para o atendimento das despesas públicas regulares, enquanto créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA.

JUSTIFICATIVA - Certo. De acordo com os arts. de 40 a 43 da Lei n.º 4.320/1964.

- 73** A LDO orientará a elaboração da LOA e disporá sobre as metas fiscais, sendo obrigatória a inclusão do anexo de metas fiscais, que apresenta as metas anuais para os resultados primário e nominal, e do anexo de riscos fiscais, que identifica os passivos contingentes e outros riscos que possam comprometer as contas públicas.

JUSTIFICATIVA - Certo. A LDO deve conter o anexo de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A assertiva é verdadeira porque a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2.º, estabelece que a LDO orientará a elaboração da LOA, além de dispor sobre as metas fiscais. A Lei de Responsabilidade Fiscal detalha essa previsão, determinando a obrigatoriedade dos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais na LDO.

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

- 74** O acompanhamento da execução orçamentária da União envolve o registro físico-financeiro das ações previstas na LOA, permitindo o controle integrado entre os recursos empregados e os resultados obtidos.

JUSTIFICATIVA - Certo. O acompanhamento da execução orçamentária da União, conforme a Portaria SOF n.º 103/2012, é realizado por meio do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) e do monitoramento físico-financeiro das ações constantes da LOA, permitindo a avaliação integrada do desempenho das políticas públicas.

- 75** No âmbito do orçamento da União, ocorre a descentralização orçamentária e financeira quando uma atividade ou um projeto é repassado de um órgão ministerial para outra unidade orçamentária da União.

JUSTIFICATIVA - Errado. A descentralização orçamentária de atividade ou projeto, na área de competência da União, executado por outro ente da Federação (estado, município ou DF) ocorre com recursos repassados pela União. Importante observar que a execução se dará em outro ente, logo, caso a execução seja realizada por outra unidade orçamentária da União, não se configura a descentralização.

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 76** A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o equilíbrio entre receitas e despesas é um princípio fundamental da gestão fiscal responsável, sendo o planejamento orçamentário um instrumento essencial para se atingir esse equilíbrio.

JUSTIFICATIVA - Certo. A LRF (Lei Complementar n.º 101/2000) enfatiza a importância do equilíbrio fiscal para assegurar a responsabilidade na gestão das contas públicas. O planejamento, por meio do PPA, da LDO e da LOA, é fundamental para alinhar receitas e despesas ao longo do tempo.

- 77** A receita pública pode ser efetiva ou não efetiva, sendo considerada efetiva quando decorre de operações de crédito ou da alienação de bens e não provoca aumento no patrimônio líquido da entidade.

JUSTIFICATIVA - Errado. Receitas efetivas são aquelas que provocam aumento no patrimônio líquido da entidade, como tributos e rendas patrimoniais. Receitas não efetivas, como operações de crédito e alienação de bens, não aumentam o patrimônio líquido, pois representam entrada de recursos compensada por aumento de passivos ou redução de ativos.

- 78** A receita pública, segundo sua classificação quanto à natureza, pode ser corrente ou de capital; as receitas correntes incluem, por exemplo, impostos e contribuições sociais, enquanto as receitas de capital englobam operações de crédito e alienação de bens.

JUSTIFICATIVA - Certo. A classificação da receita quanto à natureza a divide em corrente e de capital. Receitas correntes compreendem tributos, contribuições e rendas de serviços, entre outros, que aumentam o patrimônio líquido da entidade. Receitas de capital incluem aquelas provenientes de operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos concedidos, que não aumentam diretamente o patrimônio líquido.

- 79** As etapas da despesa pública consistem em fixação, empenho, liquidação e pagamento, sendo a fixação a etapa em que a despesa é devidamente registrada e reconhecida como realizada.

JUSTIFICATIVA - Errado. A fixação da despesa ocorre no momento da aprovação do orçamento público, mas não faz parte das etapas executórias da despesa pública. Essas etapas são empenho, liquidação e pagamento, conforme estabelecido na Lei n.º 4.320/1964, arts. de 58 a 65. A fixação é anterior à execução e não envolve o reconhecimento direto da realização da despesa.

- 80** Restos a pagar são as despesas empenhadas e liquidadas que, no entanto, não foram pagas no exercício financeiro correspondente e se classificam em restos a pagar processados ou não processados, conforme o estágio em que se encontrem.

JUSTIFICATIVA - Errado. Restos a pagar referem-se a despesas empenhadas que não foram pagas até o final do exercício financeiro. Classificam-se em processados (despesas já liquidadas, mas não pagas) e não processados (despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas). Essa classificação é feita de acordo com o estágio em que a despesa se encontra no encerramento do exercício. Conceitualmente, os restos a pagar compreendem não apenas as despesas empenhadas e liquidadas, mas também as despesas empenhadas e não liquidadas.

Julgue os itens seguintes, acerca da relação dos recursos humanos com outros sistemas organizacionais, das políticas de recursos humanos e do comportamento organizacional relacionado à motivação e liderança.

- 81** A existência de lideranças servidoras é prejudicial ao desenvolvimento e à retenção de talentos nas organizações.

JUSTIFICATIVA - Errado. Hoje, não basta apenas reter talentos na organização; eles precisam ter uma jornada de trabalho agradável e divertida, uma liderança servidora, um clima organizacional agradável e a vontade própria de permanecer e crescer na organização.

- 82** Ao atuar na formação de um capital humano dotado de competências necessárias ao alcance dos resultados organizacionais, a unidade de recursos humanos exerce um papel de alinhamento à gestão estratégica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os principais objetivos da gestão de recursos humanos incluem construir um capital humano dotado de habilidades e competências sempre atualizadas e adequadas à estratégia e ao sucesso da organização.

- 83** De acordo com a teoria da expectância ou expectativa, os objetivos finais alcançados por um colaborador são independentes dos objetivos intermediários relacionados ao esforço dispendido para a obtenção de resultados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Para explicar a motivação para produzir, Vroom propõe um modelo de expectativa da motivação que se baseia em objetivos intermediários e gradativos (meios) que conduzem a um objetivo final (fins). Segundo esse modelo, a motivação é um processo que governa escolhas entre comportamentos. O indivíduo percebe as consequências de cada alternativa de comportamento como resultados representando uma cadeia de relações entre meios e fins. Assim, quando o indivíduo procura um resultado intermediário (produtividade elevada, por exemplo), está buscando meios para alcançar resultados finais (dinheiro, benefícios sociais, apoio do supervisor, promoção ou aceitação do grupo).

- 84** A definição de critérios de desenvolvimento de pessoas a médio e longo prazo, visando-se à contínua ocupação de posições estratégicas na organização, está entre os objetivos das políticas de recursos humanos.

JUSTIFICATIVA - Certo. As políticas de desenvolvimento da Gestão Humana pressupõem estabelecer critérios de desenvolvimento de GH a médio e longo prazos, visando-se à contínua realização do potencial humano em posições gradativamente elevadas na organização.

A respeito de aspectos referentes à competência interpessoal, ao gerenciamento de conflitos, à gestão de terceirizados e às técnicas de recrutamento e seleção, julgue os itens subsecutivos.

- 85** A gestão dos prestadores de serviços terceirizados é realizada de maneira separada da gestão dos colaboradores contratados diretamente pela organização, por isso as atitudes dos terceirizados praticamente não têm impacto na cultura organizacional.

JUSTIFICATIVA - Errado. A terceirização pode ter impactos na cultura organizacional, especialmente se os funcionários terceirizados não se identificarem totalmente com os valores, objetivos e normas da organização contratante. Isso pode afetar a coesão, a colaboração e o senso de pertencimento dos funcionários.

- 86** O recrutamento e a seleção de pessoas são processos que devem ser conduzidos de maneira integrada, e a adoção de estratégias para melhoria dos métodos utilizados favorece a escolha de profissionais mais alinhados aos objetivos organizacionais.

JUSTIFICATIVA - Certo. Recrutamento e seleção são processos conjuntos, ou seja, um depende do outro, são vitais às organizações, pois a cada dia o mercado torna-se mais competitivo, e, para que os resultados sejam alcançados, é preciso que se tenham profissionais engajados, motivados, que vão ao encontro dos objetivos, dos valores, e das metas organizacionais.

- 87** Um líder que demonstra flexibilidade perceptiva e comportamental e tem atitudes congruentes com o contexto vivenciado apresenta competência interpessoal desenvolvida.

JUSTIFICATIVA - Certo. A habilidade de lidar com situações interpessoais engloba flexibilidade perceptiva e comportamental, que significa procurar ver vários ângulos ou aspectos da mesma situação e atuar de forma diferenciada, não rotineira, experimentando novas condutas percebidas como alternativas de ação.

- 88** O principal aspecto a ser trabalhado na gestão de conflitos organizacionais é a diferenciação entre o que é certo e o que é errado.

JUSTIFICATIVA - Errado. O líder deve entender que resolver um conflito não é só uma questão de descobrir o que é certo ou o que é errado. Mais do que isso, gestão de conflitos é uma questão de foco no resultado, ajuste de métodos e processos, que, no fim, contribuem para a evolução da organização. A afirmativa do item está errada, porque o cerne da questão é solucionar o conflito.

Julgue os próximos itens, relativos a avaliação de desempenho, desenvolvimento e treinamento de pessoal e gestão por competências.

- 89** Um empregado que tenha alto grau de conhecimento e bastante iniciativa para realizar suas atividades, mas apresente diversas imperfeições na execução do trabalho, tem necessidade de melhoria dos aspectos atitudinais.

JUSTIFICATIVA - Errado. Para que os colaboradores sejam capazes de ter um bom desempenho, com vistas atender à demanda da organização, eles podem mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes. A afirmativa do item está errada, uma vez que o empregado descrito demonstra proatividade e atenção a detalhes; suas falhas na execução do trabalho dizem respeito a deficiências de habilidades.

- 90** Para que uma competência seja devidamente avaliada, é necessário que a avaliação seja realizada por pessoas que efetivamente acompanhem o processo de execução, verificando os comportamentos do avaliado em suas atividades.

JUSTIFICATIVA - Certo. Toda competência pode ser observada pelo desempenho do indivíduo. Em outras palavras, a competência só pode ser atestada pelo que as pessoas fazem e pela forma como se comportam ao fazê-la.

- 91** Um adequado processo de avaliação de desempenho deve angariar resultados significativos tanto para o colaborador quanto para a organização, englobando aspectos relacionados ao desempenho das atividades, ao alcance de metas e aos hábitos do avaliado em sua vida pessoal.

JUSTIFICATIVA - Errado. A avaliação deve ser aceita por ambas as partes — quem avalia e quem está sendo avaliado —, reconhecendo-se que ela trará algum benefício para a organização e para o colaborador. Nesse sentido, a avaliação deve estar vinculada ao desempenho nas atividades e também ao alcance de metas e objetivos, criando uma relação entre desempenho e objetivos. Portanto, deve ser uma análise objetiva que enfatize o colaborador no cargo ou suas competências, e não a vida pessoal do indivíduo ou hábitos pessoais. A afirmativa está errada, pois a vida pessoal do empregado não deve ser considerada.

- 92** Em um processo de avaliação de desempenho, é necessário zelar pela eliminação da subjetividade nos instrumentos avaliativos e não atribuir notas elevadas a todos os empregados, quando não forem condizentes com seu real desempenho.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um dos pontos ou problemas na maioria dos métodos de avaliação de desempenho existentes é a falta de objetividade em alguns instrumentos. Os métodos tradicionais, na maioria dos casos, abrem espaços para que os avaliadores sejam subjetivos e concentrem-se nas preferências pessoais em detrimento do desempenho dos empregados; as pessoas envolvidas na avaliação a percebem como uma situação de recompensa ou de punição pelo desempenho passado; ocorre o efeito Halo quando o avaliador dá nota alta em todos os aspectos do desempenho a um ou a mais empregados, dando como resultado uma média mais alta do que o rendimento real.

- 93** Os treinamentos generalistas são os mais recomendados para que sejam supridas as macroperspectivas de uma organização e alcançados os resultados estratégicos almejados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Treinamentos mais generalistas e pensados a partir de uma perspectiva macro nem sempre funcionam da forma que a empresa planeja. Afinal, as pessoas são diferentes, têm necessidades e formas de aprender distintas. Investir em treinamentos voltados para uma competência técnica específica pode não ser o suficiente para fazer com que um profissional a exerça bem, principalmente se essa habilidade depender de uma *soft skill* que aquele colaborador não desenvolveu.

Acerca da administração de materiais de estoque, julgue os itens subseqüentes.

- 94** A flexibilidade na classificação de materiais prejudica a determinação de prioridades e a definição de políticas eficientes de estoque.

JUSTIFICATIVA - Errado. A flexibilidade é um dos atributos que ajuda a determinar prioridades, definir políticas de estoque e atualização do uso dos recursos.

- 95 Os inventários rotativos visam à distribuição das contagens dos itens de estoque ao longo do ano, classificando-os em grupos (1, 2 e 3), de acordo com sua relevância, valor ou criticidade, sendo os itens de menor valor estratégico agrupados no grupo 1, inventariado três vezes ao ano.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os inventários rotativos permitem uma análise contínua e específica do estoque, priorizando o controle mais frequente de itens de maior relevância (grupo 1) e menor frequência de controle dos itens de menor valor ou criticidade (grupos 2 e 3).

- 96 A classificação de materiais de estoque, essencial para a organização dos itens utilizados nas operações e atividades administrativas, pode ser realizada adequadamente com base em critérios como criticidade, frequência de uso e aplicação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Um sistema de classificação é primordial para qualquer departamento de materiais, pois sem ele não podem existir um controle eficiente dos estoques, procedimentos de armazenagem adequados nem uma correta operacionalização do almoxarifado de maneira correta. A classificação de materiais de estoque consiste em ordená-los segundo determinados critérios (por exemplo, criticidade, frequência de uso e aplicação), agrupando-os de acordo com a semelhança, sem causar confusão ou dispersão no espaço e alteração na qualidade.

- 97 O estoque de segurança é uma estratégia utilizada para assegurar a continuidade da prestação dos serviços em casos de possíveis variações do sistema, tais como atrasos na reposição e aumento inesperado da demanda.

JUSTIFICATIVA - Certo. O estoque de segurança, também chamado de estoque mínimo, é a quantidade mínima de produtos que uma instituição deve manter para garantir planejamento imediato em caso de falta de itens do estoque, evitando o risco de indisponibilidade.

A respeito da curva ABC na gestão de materiais, julgue os próximos itens.

- 98 O processo metodológico de elaboração da curva ABC envolve a classificação dos itens conforme sua importância e relevância econômica e o cálculo da porcentagem de participação de cada item no total.

JUSTIFICATIVA - Certo. As etapas para a preparação de uma curva ABC incluem identificar todos os itens do estoque, calcular o valor total movimentado por cada item, ordenar os itens do maior para o menor valor acumulado, calcular a porcentagem de participação de cada item no total e classificar os itens nos grupos A, B e C, com base em sua importância.

- 99 A curva ABC, quando utilizada na gestão de estoques, contribui para a definição de políticas de vendas, para o estabelecimento de prioridades e para a programação da produção.

JUSTIFICATIVA - Certo. “A curva ABC tem sido usada para a administração de estoques, para a definição de políticas de vendas, para o estabelecimento de prioridades, para a programação da produção e uma série de outros problemas usuais nas empresas”. A curva ABC é uma ferramenta significativa na gestão de estoque e serve para resolver diversos problemas.

Em relação ao setor de compras e aos processos de transporte, recebimento e armazenagem de materiais, julgue os seguintes itens.

- 100 O funcionamento eficiente da gestão de compras depende tanto de informações internas, como fontes de suprimento, condições gerais de mercado e capacidade produtiva dos fornecedores, quanto de informações externas, como produção, desenvolvimento de produto e prazos de entrega.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os itens exemplificados como informações internas são, na verdade, informações externas, e vice-versa.

- 101 Na escolha de paletes para a operação do sistema de movimentação de cargas, a resistência das peças é o fator mais importante para a garantia da eficiência e segurança do transporte e armazenamento, independentemente do seu peso e custo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Peso, resistência e custo estão entre os critérios mais relevantes na escolha de paletes, pois impactam diretamente a funcionalidade, durabilidade e economicidade do sistema logístico.

- 102 No setor de compras, a escolha de fornecedores pode ser feita adequadamente com base nos critérios de localização geográfica, conveniência das rotas logísticas, além dos critérios técnicos de avaliação dos produtos oferecidos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A escolha de fornecedores no setor de compras deve considerar aspectos que otimizem a logística, como localização geográfica dos fornecedores, garantia e qualidade dos produtos. Localização estratégica e avaliação técnica são critérios importantes para a garantia da eficiência adequada e a redução de custos operacionais.

- 103 Na movimentação de cargas e materiais tanto no ambiente interno quanto no externo, podem ser utilizados equipamentos movidos a diferentes fontes de energia.

JUSTIFICATIVA - Certo. As organizações de fato utilizam diferentes tipos de equipamentos de movimentação de cargas, como empilhadeiras e outros veículos, que variam conforme a fonte de energia utilizada (combustão, gás, eletricidade, bateria), conforme as necessidades e operações ambientais.

Julgue os itens que se seguem, referentes à gestão de estoques.

- 104 A movimentação de entrada e saída de um item no estoque pode ser monitorada mediante um gráfico dente de serra, cujos eixos das abscissas e das ordenadas representam, respectivamente, a quantidade unitária e o tempo decorrido.

JUSTIFICATIVA - Errado. O gráfico dente de serra é uma ferramenta visual usada na gestão de estoques para monitorar as variações de quantidade de itens ao longo do tempo, facilitando o planejamento e controle do estoque. Nesse gráfico, os eixos das abscissas e das ordenadas representam, respectivamente, tempo e quantidade unitária.

- 105 A filosofia *just in time* preconiza a eliminação de excessos de estoque e a redução do desperdício.

JUSTIFICATIVA - Certo. A filosofia *just in time* é uma abordagem amplamente utilizada na gestão de produção e estoques, com foco em reduzir desperdícios, otimizar processos e eliminar estoques excessivos, promovendo eficiência e qualidade contínuas.

106 O método PEPS é utilizado para a avaliação do grau de criticidade ou imprescindibilidade de um item de material nas atividades desempenhadas pela organização e contribui para a priorização de recursos e a gestão de estoques.

JUSTIFICATIVA - Errado. O método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) é utilizado para controle de movimentação de estoques, evitando-se a manutenção de estoques antigos e o consumo prioritário de estoques mais novos.

Julgue os itens a seguir, referentes às funções arquivísticas.

107 A avaliação é uma função arquivística vinculada à análise dos fluxos documentais e à definição de regras de tramitação de documentos arquivísticos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A avaliação é o ato de julgar os valores (primário e secundário) dos documentos arquivísticos e decidir o período de tempo pelo qual esses valores se aplicam aos documentos, levando-se em conta o vínculo existente entre a pessoa física ou jurídica e os documentos arquivísticos no curso de suas atividades. Embora a avaliação possa se vincular à análise dos fluxos documentais, não possui relação com as regras de tramitação de documentos arquivísticos.

108 Recolhimento, doação e demais formas de entrada de documentos nos arquivos permanentes fazem parte da função de aquisição.

JUSTIFICATIVA - Certo. A aquisição contempla a entrada de documentos nos arquivos corrente, intermediário e permanente; diz respeito ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência e recolhimento de acervo.

109 O escopo da função de classificação abrange a elaboração do quadro de arranjo do arquivo permanente.

JUSTIFICATIVA - Certo. A classificação diz respeito à criação e à utilização de planos de classificação que reflitam as funções, atividades e ações ou tarefas da instituição acumuladora dos documentos arquivísticos nas fases corrente e intermediária, bem como à elaboração de quadros de arranjo na fase permanente. O **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** (2005, p. 49) corrobora essa ideia ao definir **classificação** como: “Organização dos documentos de um arquivo [fundo] ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo”.

Em relação ao Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e à gestão, classificação, avaliação, armazenamento e descrição de documentos arquivísticos, julgue os próximos itens.

110 A carta, embora tenha estrutura, em certa medida, padronizada, é considerada um documento não diplomático.

JUSTIFICATIVA - Certo. Carta é um documento não diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso.

111 O SINAR destina-se aos arquivos de cada um dos três poderes da República, sem possibilidade de admissão de arquivos de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

JUSTIFICATIVA - Errado. De acordo com o § 2.º do artigo 12 do Decreto n.º 4.073/2003, que regulamenta o SINAR, pessoas físicas e jurídicas de direito privado detentoras de arquivos podem integrar o SINAR mediante acordo ou ajuste com o órgão central.

112 Uma das formas de juntada de processos, a anexação é uma união provisória de processos.

JUSTIFICATIVA - Errado. A anexação é definitiva; provisória é a apensação.

113 Os dossiês funcionais podem ser classificados em ordem alfabética, conforme os nomes dos servidores, ou numérica, segundo sua matrícula.

JUSTIFICATIVA - Errado. Trata-se, na verdade, de ordenar os dossiês por ordem alfabética ou ordem numérica, não de classificar. Classificar possui duas acepções: a) identificar, de acordo com o conteúdo do documento, a qual classe/código do plano de classificação o documento se relaciona; b) atribuir grau de sigilo às informações constantes do documento.

114 O plano de classificação deve ser alterado cada vez que alguma mudança legal resultar em alteração de prazo de guarda de documentos arquivísticos da instituição.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os prazos de guarda constam da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivos, que deve ser alterada cada vez que a legislação assim o exigir. O plano de classificação não tem, necessariamente, de ser alterado quando a mudança se limitar a prazos de guarda.

No que se refere à preservação, à conservação e ao acesso a documentos de arquivo, julgue os itens que se seguem.

115 De acordo com a legislação em vigor, os documentos públicos podem ser classificados, quanto ao grau de sigilo, em reservados, confidenciais, secretos ou ultrassecretos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O artigo 24 da Lei de Acesso a Informação prevê a classificação dos documentos em ultrassecretos, secretos ou reservados, conforme seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado.

116 Uma das ações de diagnóstico em arquivos é a metragem do acervo a ser tratado; no caso de documentação empacotada e amontoada, deve ser utilizada a metragem cúbica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada, deve-se utilizar a metragem cúbica, ou seja: comprimento × altura × largura das pilhas de documentos.

117 Conservação pode ser definida como um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos.

JUSTIFICATIVA - Certo. A conservação, diferente da preservação e da restauração, é um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).

No que concerne aos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e às tecnologias aplicadas aos arquivos, julgue os itens subsecutivos.

118 Na microfilmagem de documentos, cada série documental deve ser precedida por uma imagem de abertura e sucedida de uma imagem de encerramento.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme os arts. 7.º e 8.º do Decreto n.º 1.977/1996.

119 Documento digital pode ser definido como informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico.

JUSTIFICATIVA - Errado. O item reproduz a definição de documento eletrônico conforme o **Glossário do eArq Brasil** (2022, p. 208). Documento digital é a informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

120 Metadado é a representação de qualquer elemento de conteúdo cognitivo passível de ser comunicada, processada e interpretada de forma manual ou automática.

JUSTIFICATIVA - Errado. O item apresenta a definição de dado segundo o **Glossário do eArq Brasil** (2022, p. 207). Metadados são dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo.